

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.640.516 - CE (2019/0374811-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE BELA CRUZ
ADVOGADOS : EDUARDO SÉRGIO CARLOS CASTELO - CE014402
ROBERTA ARAÚJO FORMIGHIERI - CE016834

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, assim resumido:

REMESSA NECESSÁRIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA
INSTALAÇÃO DE ÓRGÃO DE TRÂNSITO MUNICÍPIO DE BELA
CRUZ RE 592581 ADPF 347 PRECEDENTES QUE TRATAM DA
INSTALAÇÃO DE SISTEMA PRISIONAL EM RAZÃO DA
VIOLAÇÃO À DIGNIDADE HUMANA PREMISSAS NÃO
COMPATÍVEIS AO CASO EM TELA INEXISTÊNCIA DE
VIOLAÇÃO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA INGERÊNCIA
DO PODER JUDICIÁRIO SOBRE O EXECUTIVO
IMPOSSIBILIDADE REMESSA CONHECIDA E PROVIDA
SENTENÇA REFORMADA

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do arts. 24 e 333 do CTB, no que concerne à possibilidade de se instituir órgão municipal de trânsito, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Observa-se que o legislador infraconstitucional reservou nada menos que 21 (vinte e uma) atribuições aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, as quais se acham insertas no art. 24, do CTB, in verbis:

[...]

Da leitura do preceptivo legal, é possível concluir que é dever e não mera discricionariedade dos municípios a instituição de órgãos fiscalizatórios do trânsito no âmbito das suas circunscrições. Todos os núcleos verbais utilizados pelo legislador são imperativos (cumprir e fazer cumprir, planejar, executar, fiscalizar, implantar, promover...) e não facultativos quanto às obrigações repartidas a estes entes federados.

Demais disso, o §2º do artigo 333 do CTB estabelece norma cogente que determina a criação dos órgãos de trânsito municipais.

§ 2º Os órgãos e entidades de trânsito a serem criados exercerão as

competências previstas neste Código em cumprimento às exigências estabelecidas pelo CONTRAN, conforme disposto neste artigo, acompanhados pelo respectivo CETRAN, se órgão ou entidade municipal, ou CONTRAN, se órgão ou entidade estadual, do Distrito Federal ou da União, passando a integrar o Sistema Nacional de Trânsito."(grifou-se). (fl. 112/113)

[...]

Face ao exposto, requer o Ministério Público do Estado do Ceará que a Corte da Cidadania se digne de conhecer e dar provimento ao presente recurso especial, a fim de que seja reformado o acórdão de fls. 81/90, a fim de se reconhecer a **ofensa aos artigos 24 e 333 do CTB**, notadamente, em relação à possibilidade de se instituir órgão municipal de trânsito na Comarca de Bela Cruz/CE. (fl. 117)(grifo nosso)

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega divergência jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, no que concerne ao art. 24 do CTB, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já consignou que “o recurso especial não é um menu onde a parte recorrente coloca à disposição do julgador diversos dispositivos legais para que esse escolha, a seu juízo, qual deles tenha sofrido violação. Compete à parte recorrente indicar de forma clara e precisa qual o dispositivo legal (artigo, parágrafo, inciso, alínea) que entende ter sofrido violação, sob pena de, não o fazendo, ver negado seguimento ao seu apelo extremo em virtude da incidência, por analogia, da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp 583.401/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 25/3/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos

Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no Ag n. 341.240/SP, relator Ministro Massami Uyeda, Quarta Turma, DJ de 6/8/2007, p. 493; e AgRg no REsp n. 695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005, p. 263.

No que concerne ao art. 333 do CTB, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o(s) artigo(s) apontado(s) como violado(s) não tem/têm comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Não se conhece do recurso especial, quando o dispositivo apontado como violado não contém comando normativo para sustentar a tese defendida ou infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, em face do óbice contido na Súmula n. 284 do STF" (AgInt no REsp n. 1.788.417/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 6/6/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.651.670/DF, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 18/6/2019; AgInt no REsp n. 1.689.883/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 14/6/2019; AgRg no REsp n. 1351593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente